

# Marina de Vasconcellos, pioneira da antropologia brasileira<sup>1</sup>

## Marina de Vasconcellos, Pioneer of Brazilian Anthropology

**Amurabi Oliveira**

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

### RESUMO

O artigo explora a trajetória de Marina de Vasconcellos, considerada a primeira antropóloga profissional do Brasil, destacando-se pelo pioneirismo em uma época em que a Antropologia ainda se consolidava como disciplina no país. O reconhecimento de Vasconcellos como primeira antropóloga profissional considera principalmente dois aspectos principais: a) sua formação acadêmica estrita na área de Antropologia; e b) sua atuação como docente de Antropologia no ensino superior. O estudo foca no desenvolvimento de sua carreira e no impacto que ela exerceu no campo da Antropologia brasileira, especialmente através de sua estreita colaboração com Arthur Ramos, uma figura central na Antropologia da época, com quem trabalhou como professora assistente por quase uma década. Além de sua atuação acadêmica, Vasconcellos desempenhou um papel significativo na institucionalização da Antropologia no Brasil. Ela não só lecionou na Faculdade Nacional de Filosofia, onde formou e influenciou uma nova geração de estudiosos da área, como também contribuiu ativamente em sociedades científicas. Sua participação em organizações como a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia e a Associação Brasileira de Antropologia foi essencial para a criação de espaços de diálogo e cooperação entre antropólogos, promovendo o desenvolvimento e a consolidação da disciplina. Em suma, o artigo destaca como Marina de Vasconcellos foi uma figura central na profissionalização e institucionalização da Antropologia no Brasil, pavimentando o caminho para futuras gerações de antropólogos.

**Palavras-chaves:** Marina de Vasconcellos, História da Antropologia, Mulheres, Ensino de Antropologia, Antropologia brasileira.

<sup>1</sup> Gostaria de agradecer a Adélia Miglievich, autora pioneira de um trabalho sobre Marina de Vasconcellos pela generosidade de sua partilha e diálogo. Também gostaria de agradecer aos amigos com os quais tenho dialogado sobre a expansão dos cânones nas ciências sociais, especialmente Fernanda Alcântara, Miriam Grossi e Celso Castro.

Recebido em 4 de novembro de 2024.  
Accito em 9 de abril de 2025.

## ABSTRACT

The article explores the trajectory of Marina de Vasconcellos, considered Brazil's first professional anthropologist, noted for her pioneering role during a period when anthropology was still being established as a discipline in the country. Vasconcellos's recognition as the first professional anthropologist is primarily based on two key aspects: a) her rigorous academic training in anthropology and b) her role as an anthropology instructor in higher education. The study focuses on the development of her career and the impact she had on Brazilian anthropology, particularly through her close collaboration with Arthur Ramos, a central figure in the anthropology of the time, with whom she worked as an assistant professor for nearly a decade. Beyond her academic role, Vasconcellos played a significant part in the institutionalization of anthropology in Brazil. Not only did she teach at the National Faculty of Philosophy, where she mentored and influenced a new generation of scholars in the field, but she also actively contributed to scientific societies. Her involvement in organizations such as the Brazilian Society of Anthropology and Ethnology and the Brazilian Association of Anthropology was essential in creating spaces for dialogue and cooperation among anthropologists, promoting the development and consolidation of the discipline. In summary, the article highlights Marina de Vasconcellos's central role in the professionalization and institutionalization of anthropology in Brazil, paving the way for future generations of anthropologists.

**Keywords:** Marina de Vasconcellos, History of Anthropology, Women, Teaching Anthropology, Brazilian Anthropology.

## INTRODUÇÃO

Pensar a história de uma ciência é recorrentemente pensar a história dos homens envoltos nessa ciência, uma vez que amiúde as mulheres são secundarizadas nesse processo, o que não é diferente no caso da Antropologia. Como Connell (2012) chama a atenção, o que nós denominamos teoria social normalmente é o que homens, brancos, de origem burguesa produzem no Norte Global.

Notadamente, tem havido um esforço em subverter essa tendência, buscando-se visibilizar a pluralidade de agentes envolvidos na constituição do campo antropológico. Nesse sentido, a revisão da história das mulheres na Antropologia constitui um esforço fundamental para repensarmos como essa ciência foi se configurando e reconfigurando ao longo do tempo.

Cardoso de Oliveira (1988) em seu célebre texto “O que é isso que chamamos de antropologia brasileira?” faz referências aos “heróis civilizadores” que estariam no “Olimpo da Antropologia Brasileira”, dentre eles Curt Nimuendajú, (1883-1945) e Gilberto Freyre

(1900-1945), Herbert Baldus (1899-1970), Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), Arthur Ramos (1903-1949), Heloísa Alberto Torres (1895-1977), Carlos Estêvão de Oliveira (1880-1946) e Estêvão Pinto (1895-1968). Observa-se, assim, que se faz referência apenas a uma “heroína civilizadora”, ainda que tenha havido outras antropólogas que contribuíram para a formação da Antropologia brasileira.

Esse processo de marginalização das mulheres na história da Antropologia brasileira pode ser melhor compreendida a partir de algumas questões que nos coloca Souza (2016, p. 500-501):

De modo geral, olhar a história da Antropologia pela presença das mulheres significa enfrentar o modo usual de construção do cânone disciplinar ou acrescentar retratos na parede onde estão penduradas apenas as “figuras icônicas” das tradições nacionais de Antropologia, como propõe Louise Lamphere (2004) enquanto presidente da American Anthropological Association em seu centésimo aniversário. Justifica-se, assim, falar em processos de marginalização e subalternização do trabalho, da memória, da ação criadora e formadora, de inúmeras mulheres que pontuam nas Antropologias centrais e periféricas (internacionais e intranacionais). Temos por certo que não apenas a condição de gênero importa para se entender a produção da marginalidade (SOUZA, 2006; PINA-CABRAL, 2008). As dinâmicas dos mundos intelectuais produzem exclusão e esquecimento também de homens situados em posições minoritárias (por razões de classe social, raça, sexualidade, formação intelectual) ou de mulheres situadas em posições privilegiadas do ponto de vista econômico.

Esse é o pano de fundo do debate que me proponho neste texto, na medida em que nos interessa revisitar a trajetória de Marina Delamare São Paulo de Vasconcellos (1912-1973), destacando seu papel como pioneira na Antropologia brasileira. De forma mais enfática, coloco no centro do debate o fato de que Marina de Vasconcellos foi a primeira antropóloga brasileira profissional, considerando dois aspectos centrais: formação e atuação.

## **GÊNERO E ANTROPOLOGIA NA HISTÓRIA DA ACADEMIA**

Ao pensar o lugar das mulheres na história da Antropologia brasileira, Côrrea (1995) enfatiza como recorrentemente muitas delas apareciam apenas como “esposas”, pesquisadoras que acompanharam seus maridos no trabalho de campo. Todavia, a presença das mulheres na história antropológica brasileira não se resume a isso, e mesmo aquelas que eram “esposas” de antropólogos também deixaram seu legado próprio nesse campo. Em alguns casos, como no de Frances Shapiro Herskovits (1897-1975), havia mesmo uma profunda dificuldade de separar sua obra de seu marido, Melville Jean Herskovits (1895-1963), ainda que ela tenha continuado a realizar trabalho de campo após a morte de seu companheiro, tendo inclusive retornado ao

Brasil (Sansone, 2023).

Um caso bastante conhecido e bem documentado de uma antropóloga que veio ao Brasil não como uma esposa foi o de Ruth Landes (1908-1991), que realizou pesquisas nos candomblés da Bahia. Ela é considerada por muitos uma pioneira nos estudos que envolvem gênero, sexualidade, raça e religião ao enfatizar o papel das mulheres e dos homossexuais no candomblé (Birman, 2005; Fry, 2015), ainda que sua interpretação tenha sido contestada por outros antropólogos, o que recorrentemente era feito atrelado a ataques sexistas (Oliveira, 2019c).

Esse dado – acerca da invisibilidade das mulheres na história da Antropologia brasileira – parece contradizer o fato de que entre os primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil as mulheres constituíam parte significativa do corpo discente (Miceli, 1989), algo que não ocorria na mesma proporção entre as faculdades mais tradicionais, como Medicina ou Direito. Temos assim um cenário no qual as mulheres estavam presentes já nas primeiras turmas de graduação em Ciências Sociais no Brasil, mas ao mesmo tempo possuíam uma presença menor no corpo docente dessas mesmas faculdades. Em alguns casos, como no de Gioconda Mussolini (1913-1969), e em alguma medida no de Marina de Vasconcellos, as mulheres que chegavam a atingir o *status* de professora na Faculdade limitavam-se à posição de assistente de um homem. Como bem destaca Pinheiro (2016) ao analisar o caso da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP):

A conquista oficial da cátedra por mulheres até 1969 – ano em que a reforma universitária põe fim ao sistema – foi avanço raro. Elas marcaram presença, todavia, como assistentes e auxiliares de ensino. Seguindo a lógica tradicional, o regime de cátedras alocava as mulheres em situação de desvantagem, associando-as às posições subalternas e de maior insegurança na hierarquia da carreira. Nessas posições, as possibilidades de progressão dependiam dos homens, que, com pouquíssimas exceções, ocupavam os cargos superiores. A socialização em um mundo patriarcal os levava a transferir as lógicas subjacentes a esse sistema de dominação para o interior de relações profissionais modernas, nas quais, ao menos em princípio, maior equilíbrio era postulado (Pinheiro, 2016, p. 169).

Argumento similar é apresentado por Chaguri e Pires (2024) ao pensarem sobre a carreira acadêmica de mulheres na FFLCH. As autoras apresentam a seguinte hipótese: “[...] certa divisão sexual do trabalho intelectual se desenhou no interior da nascente cultura institucional da FFLCH e marcou as possibilidades de acesso – e de reivindicação – da parcela de mulheres que procuravam ingressar no universo profissional que então se constituía na Faculdade.” Apesar do caso da USP ser um dos mais emblemáticos, dada a estrutura hierárquica existente naquele momento e que em certa medida persiste<sup>2</sup>, esse não foi e não é um fenômeno exclusivo dessa

2 Um exemplo significativo disso é a existência do concurso para livre-docência nas universidades estaduais pau-

instituição. A Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) da Universidade do Brasil (UB) também possuía uma rígida hierarquia, que assumia contornos ainda mais singulares considerando a proximidade com o Governo Federal.

Penso que a categoria de interseccionalidade nos é útil para pensarmos o apagamento dessas mulheres na história da Antropologia (e também de outras ciências), na medida em que ocorre em minha interpretação o que tenho chamado de apagamento interseccional. Marcadores de classe, raça e gênero são articulados na manutenção ou apagamento de determinado agente na história de uma ciência, de tal modo que as mulheres recorrentemente são ocultadas, o que é aprofundado no caso de mulheres não brancas e originárias das classes populares. Um exemplo significativo dessa operação é o caso de Virgínia Bicudo (1910-2003), socióloga negra que também concluiu o mestrado em 1945 na mesma turma que Oracy Nogueira (1917-1996) e Gioconda Mussolini, mas que não conseguiu se inserir academicamente no campo das Ciências Sociais, tendo seguido carreira na Psicanálise (Gomes, 2013).

Temos assim um jogo no qual se observa, por um lado, uma dificuldade institucional enfrentada por muitas mulheres no processo de sua inserção no corpo docente das Faculdades na primeira metade do século XX, principalmente no contexto de universidades profundamente hierarquizadas, nas quais, mesmo quando se inseriam, encontravam outros obstáculos para chegar ao topo dessa posição (professora titular). Por outro, há um apagamento de sua presença na história das Ciências Sociais, o que não configura em absoluto um fenômeno exclusivo do Brasil. Quanto ao último ponto, é importante mencionar que essas questões também ganham materialidade na dificuldade de acessar os acervos referentes às obras dessas mulheres. No caso de Marina de Vasconcellos, especialmente em relação a seus anos formativos e primeiros anos de atuação profissional, o acervo do Arthur Ramos (1903-1949) acaba sendo a principal fonte documental disponível<sup>3</sup>.

O fato de o principal acervo utilizado para esse trabalho ser o do Arthur Ramos, de quem Marina de Vasconcellos foi professora assistente, visibiliza os tensionamentos existentes ao discutirmos gênero e arquivo, revelando hierarquias simbólicas e materiais no campo da memória. Deve-se reconhecer, no entanto, que tem havido nos últimos anos esforços para viabilizar as trajetórias de mulheres na história das Ciências Sociais, bem como o acesso e reordenamento de seus acervos particulares. Para esta pesquisa, me valho, além do arquivo de Arthur Ramos, também dos trabalhos que estão disponíveis na biblioteca que leva o nome da antropóloga no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio

---

listas, requisito necessário para se chegar ao cargo de professor titular, mas inexistente nas universidades federais.

<sup>3</sup> O arquivo Arthur Ramos encontra-se disponível para consulta pública na Biblioteca Nacional, parte dele disponível digitalmente.

de Janeiro (UFRJ)<sup>45</sup>.

De forma recorrente, o nome de Marina de Vasconcellos é vinculado ao de Arthur Ramos, cuja vida e obra é amplamente conhecida e tem sido objeto de um contínuo reexame (Campos, 2004; Barros, 2005; Gitman, 2007; Oliveira, 2021, 2023a). Essa vinculação não ocorreu por acaso, afinal, ele foi seu mentor, a introduziu no mundo da Antropologia, supervisionou sua tese, e ela se tornou sua assistente, posteriormente substituindo-o. Não seria preciso dizer que Marina de Vasconcellos foi herdeira intelectual de Ramos, pois suas agendas de pesquisa não necessariamente apontam para uma continuidade, todavia, ela foi sua herdeira institucional.

## PIONEIRA NA ANTROPOLOGIA

Marina Vasconcelos, também conhecida por seus alunos e colegas de trabalho como Dona Marina, foi uma pioneira da Antropologia brasileira, todavia, esse *status* não se reverbera, necessariamente, em uma ampla difusão de sua obra. Seria possível dizer que mesmo entre os estudantes de Ciências Sociais da UFRJ, cuja biblioteca no IFCS leva seu nome, possivelmente ela continua a ser uma ilustre desconhecida, um nome familiar, mas que não necessariamente remete a alguma obra ou legado em particular. Nessa biblioteca, encontramos apenas dois trabalhos seus: a) sua tese de livre-docência *Alguns movimentos contra-aculturativos do nordeste* (1949); e b) o artigo “Mudanças sócio-culturais em Arraial do Cabo” (1962).

Como indicado anteriormente, reivindico aqui seu lugar como a primeira antropóloga profissional no Brasil, ao lado de Heloísa Alberto Torres (1895-1977), que atuou principalmente no Museu Nacional, e de Gioconda Mussolini (1913-1969), docente da Universidade de São Paulo. Ciacchi (2007) tem reivindicado esse *status* para Mussolini, argumentando da seguinte forma:

A trajetória de Heloísa Alberto Torres na antropologia brasileira começa antes da de Gioconda: ela ingressou no Museu Nacional, como auxiliar de Roquette-Pinto em 1918, aos 23 anos. Em seguida, foi eleita chefe interina da Seção de Antropologia e Etnografia e chefe efetiva desde 1931. De 1935 a 1937 foi vice-diretora do Museu, e diretora de 1938 a 1955. Entretanto, ela não se dedicou sistematicamente ao ensino superior, até pela oposição, à época, de Arthur Ramos na Faculdade Nacional de Filosofia. Uma assistente de Ramos, Marina Vasconcelos, vinha lecionando antropologia desde 1941 nessa instituição (Ciacchi, 2007, p. 217).

<sup>4</sup> Agradeço imensamente a disponibilidade e o auxílio dos técnicos da biblioteca Marina de Vasconcellos.

<sup>5</sup> Pesquisa realizada com financiamento da FAPESC e do CNPq.

Em texto posterior, Ciacchi (2015) destaca como a ausência do título de doutorado impediu que Gioconda Mussolini se tornasse titular da cátedra de Antropologia, ainda que tenha chegado a escrever sua tese, porém sem a ter defendido. Algo semelhante ocorreu também com outra pioneira da antropologia, Heloísa Alberto Torres, que devido à ausência de títulos acadêmicos não pôde se inscrever no concurso para professora na Universidade do Brasil para a vaga que fora aberta com a morte prematura de Arthur Ramos, tendo sido aprovada em seu lugar Marina de Vasconcellos.

No entanto, utilizo-me aqui de dois critérios principais para pensar o *status* de antropóloga profissional: a) formação acadêmica; e b) atuação institucional. Mussolini atuava como assistente da cátedra de Sociologia desde 1938, porém foi apenas em 1944 que passou a ser assistente na cátedra de Antropologia, criada em 1941 por Emílio Willems (1905-1997), e, em termos de titulação, foi em 1945 que finalizou seu mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política. Por outro lado, Marina de Vasconcellos havia realizado sua formação em Antropologia no curso de aperfeiçoamento da Faculdade Nacional de Filosofia, tendo finalizado sua tese sob a orientação de Arthur Ramos, o que lhe conferiu um título acadêmico estrito em Antropologia ainda em 1941, mesmo ano que passou a atuar oficialmente como assistente do antropólogo, a quem veio a substituir definitivamente na cátedra de Antropologia e Etnografia após sua morte.

Considerando tais elementos, afirmo aqui o lugar da Marina de Vasconcellos como pioneira na Antropologia brasileira. Como veremos mais adiante, Marina de Vasconcellos exerceu um relevante papel institucional nas Ciências Sociais, estando presente em momentos chave para a construção desse campo no Brasil, especialmente na Antropologia.

## **MARINA DE VASCONCELLOS, PROFESSORA DE ANTROPOLOGIA**

Um dos mais sólidos trabalhos sobre a trajetória de Marina de Vasconcellos foi feito por Miglievich-Ribeiro (2015), que analisa seu percurso e o de Heloísa Alberto Torres. Nesse trabalho, a autora destaca a formação familiar e acadêmica de Marina de Vasconcellos, que era filha de Aleixo de Vasconcellos (1884-1961), doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro e livre-docente em Microbiologia pela Faculdade Nacional de Medicina. Sua mãe morreu ainda em sua infância, tendo sido educada pelos avós paternos. Seu pai contraiu um novo casamento que resultou em dois filhos, tendo Carlos de Vasconcellos se tornado médico e também professor na Faculdade Nacional de Medicina, e Sylvia Vasconcellos de Carvalho se graduado pela Faculdade Nacional de Música, mas ao final se dedicado aos afazeres domésticos.

Pode-se observar que Marina de Vasconcellos nasceu em meio a um ambiente estimulante intelectualmente, mesmo seus avós paternos que ficaram responsáveis pela sua educação eram um “engenheiro geógrafo” e uma professora primária. O acesso ao capital cultural, bem como o fato de ter nascido em uma família que valorizava uma escolarização prolongada, viabilizou o destino acadêmico de Vasconcellos. Ela realizou primeiramente a graduação em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro, depois, em 1936, ingressou na Universidade do Distrito Federal (UDF), que fora incorporada à Faculdade Nacional de Filosofia.

O fato de ter realizado a graduação em História e Geografia e não em Ciências Sociais é um dado relevante para sua formação antropológica, pois essa primeira opção contava com uma presença mais significativa da Antropologia em seu currículo. Ambos os cursos tinham em seus currículos as disciplinas de Antropologia e Etnografia, no entanto, Etnografia do Brasil estava presente apenas no curso de História e Geografia. Esse dado nos possibilita pensar que a concepção de que a formação em Antropologia, Ciência Política e Sociologia ocorre exclusivamente nos cursos de Ciências Sociais é recente, consolidando-se principalmente a partir da década de 1970, quando surgem os primeiros programas de pós-graduação na área, bem como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Oliveira, 2023b).

No momento em que Vasconcellos realiza sua formação na então UDF, Arthur Ramos ainda atuava na área de Psicologia Social, passando paulatinamente a atuar na cátedra de Antropologia (Oliveira, 2021). A partir de 1939, Ramos começou a atuar exclusivamente na cátedra de Antropologia e passou a se empenhar de forma incisiva no processo de institucionalização da Antropologia em sua faculdade, o que o levou a propor um curso de aperfeiçoamento.

Usando da prerrogativa de que de no documento que designa a finalidade da FNF (Decreto Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939) indica que esta deveria oferecer cursos ordinários e também cursos extraordinários, podendo ser esses cursos de aperfeiçoamento ou cursos avulsos, Ramos escreve ao reitor solicitando a criação do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia e Etnografia, além de apresentar esta demanda como algo que se origina na procura dos próprios alunos, e na necessidade de desenvolvimento da vida científica nacional, ele reforça a necessidade de realização de pesquisas originais, o que garantiria a autonomia didática da cadeira, caso contrário ela seria relegada apenas à condição de cadeira assessória nos cursos de Ciências Sociais e de Geografia e História (Oliveira, 2019b, p. 667).

Deve-se ainda destacar o fato de que o mesmo decreto indicava no parágrafo único do artigo 48 a indicação de que “Será conferido o diploma de doutor ao bacharel que defender tese original de notável valor; depois de dois anos pelo menos de estudos, sob a orientação do professor catedrático da disciplina sobre que versar o trabalho” (Brasil, 1939). Nesse caso, o curso de aperfeiçoamento possibilitava também a formação de uma primeira geração de doutores em Antropologia formados pela UB.

Arthur Ramos, ao apresentar o programa do curso de aperfeiçoamento para os anos de 1940 e 1941, deixa claro que o curso requer certos conhecimentos prévios, na medida em que se destina aos bacharéis em Ciências Sociais e História e Geografia. Alguns tópicos se destacam em seu programa: a questão da migração e colonização, as raças e os tipos étnicos, e o que ele denominou de “problema da assimilação e aculturação no Brasil”. Esse foi o foco da formação do curso que Marina de Vasconcellos recebeu e que a permitiu obter um título estrito em Antropologia ainda em 1941.

Também nos arquivos de Ramos encontramos os memorandos que ele escrevia para os estudantes que estava supervisionando. Naquele referente dirigido à Marina de Vasconcellos, ele indica que o tema da tese escolhido foi “A revolta dos Malês na Bahia, e sua interpretação contra aculturativa”. Há ainda a indicação no memorando de cursos sugeridos, indicando-se os seguintes: a) seminário de aculturação do curso de doutorado de Antropologia da FNF; b) parte dos cursos de etnografia do Brasil, da FNF, referente ao negro; e c) cursos de árabe, para a compreensão e interpretação das insurreições muçulmanas na África e no Brasil. A pesquisa seria realizada principalmente em arquivos e museus, com destaque para o Arquivo Público de São Paulo e de Salvador. A questão da aculturação e contra aculturação estará presente em outros trabalhos ao longo da vida acadêmica de Vasconcellos, como observaremos mais adiante. Não à toa Ramos também teria enviado em anexo o programa do seminário de aculturação, por compreender essa categoria como central para a elaboração da tese de Vasconcellos.

Marina de Vasconcellos ingressou na primeira turma desse curso em 1940, tendo concluído em 1941. A primeira correspondência de Marina de Vasconcellos a Ramos que encontramos data de 6 de janeiro de 1940, tratando justamente do curso de aperfeiçoamento, indicando que entregou o trabalho referente ao curso na secretaria da Faculdade (Vasconcellos, 1940a). Apesar de normalmente se indicar que ela começou a lecionar como assistente de Ramos em 1941, aparentemente ela iniciou suas atividades um pouco antes, ainda em 1940, durante a realização de seu curso de aperfeiçoamento, pois ao menos em duas cartas entre outubro e novembro de 1940 ela escreve para Ramos relatando suas atividades acadêmicas e informando-o que seu contrato ainda não havia saído, pedindo para que ele intercedesse junto ao ministro Gustavo Capanema (Vasconcellos, 1940b, 1940c).

Na carta de 20 de outubro de 2020, ela chega a nos dar algumas pistas de como funcionam os exames na Faculdade:

Nesta semana serão feitos os estágios para a admissão às segundas provas parciais e o Ilm. Reitor pediu-me que fizesse o estágio em aula como se fosse uma sabatina, tendo sido previamente quatro ou cinco pontos sorteado na hora um dos pontos e os alunos farão uma dissertação (Vasconcellos, 1940b).

A partir de 1941, Marina de Vasconcellos torna-se oficialmente professora assistente de Arthur Ramos, de modo que ela é a primeira mulher a assumir essa posição, ao mesmo tempo em que se titula em Antropologia e Etnografia. Sua função de assistente era especialmente necessária nos casos em que Ramos precisava se ausentar por períodos mais longos, sendo emblemáticos dois momentos: a) quando Ramos em 1941 assumiu a função de *special lecture* na *Louisiana State University*, onde lecionou um curso sobre raças e culturas no Brasil; e b) quando foi convidado a se tornar chefe do Departamento de Ciências Sociais na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1949, pouco antes de sua morte (Oliveira, 2019a; 2023a).

Ao analisarmos as correspondências trocadas entre ela e Ramos, percebe-se que ela seguia o programa do professor, bem como os apontamentos específicos realizados por ele. Em carta datada de 12 de março de 1941, ela indica:

As aulas reabrem-se no dia 15 de março e eu desejava saber o que quer o Prof. que faça. Tenho o seu programa, as indicações bibliográficas e todos os apontamentos dos seus cursos. Gostaria, contudo, que me orientasse mais amplamente no caso de eu ter que substituí-lo no início do ano letivo.

Os trabalhos dos alunos do curso de aperfeiçoamento sobre colonização e imigração estrangeira no Brasil, estão na secretaria da Faculdade, aguardando seu julgamento (Vasconcellos, 1941, p. 1).

Como se pode observar, apesar de substituí-lo nas aulas, cabia a Arthur Ramos realizar a avaliação final sobre os trabalhos dos estudantes, o que reforça a hierarquia simbólica entre o professor catedrático e sua assistente.

A cátedra de Antropologia e Etnografia da FNFi era objeto de disputa, na medida em que se consagrava como espaço de legitimação institucional. Um dos momentos no qual essa questão fica mais evidente é quando Ramos se preparava para assumir a posição de chefe de Departamento de Ciências Sociais na UNESCO. Em carta datada de 3 de agosto de 1949, Heloísa Alberto Torres escreve o seguinte:

Quando tive conhecimento de sua próxima partida para a UNESCO e pensei em pleitear a regência interina da cadeira da Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, durante o seu afastamento, fui informada que era intenção sua amparar pretensão idêntica de seu assistente (Torres, 1949, p. 1).

Apesar do tom cordial da carta, Heloísa Alberto Torres deixa claro que respeita a posição de Ramos, mas que pretende pleitear o cargo, o que é respondido prontamente por ele em uma carta datada de 4 de agosto de 1949, na qual ele pontua:

Meu assistente nada pleiteou. A sua indicação para me substituir no meu impedimento foi feita pelo catedrático, ao diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, tudo em

concordância com o artigo 110 do Regulamento. E mesmo que minha ausência temporária possa ser interpretada como vacância, há normas éticas, sempre respeitadas por aqueles que se dedicam à vida universitária, visto que a cátedra é um patrimônio que o professor transmite, nos seus impedimentos, aos seus assistentes, que outra coisa não visam que a carreira universitária, para o acesso àquelas posições que os conduzirão aos postos de professorado. O contrário disso seria a subversão completa dessas normas, e um desestímulo à carreira de professor. No caso especial, o meu assistente é a professora Marina de Vasconcellos, com 9 anos de profícua atividade nesta Faculdade, já tendo me substituído em outros impedimentos análogos, nunca ninguém tendo posto qualquer dúvida em que pudesse ser de outro modo. [...] Por maiores que sejam os seus títulos, e por maior que seja o apreço em que tenho a sua pessoa, não é V.S. membro do corpo docente da Universidade, não sendo livre docente, nem estando sequer ligada à cátedra, que conquistei tão arduamente, pela porta larga do concurso de títulos e provas. V.S. é diretor técnico-administrativo de um museu, que requer de sua capacidade as suas melhores energias, o seu maior devotamente, e até, por lei, o seu tempo integral (Ramos, 1949, p. 1).

Heloísa Alberto Torres não recuou em relação a suas pretensões para a cátedra, tendo solicitado em 10 de agosto de 1949 ao conselho departamental da FNFI a equivalência de seus títulos ao de livre-docente na cadeira de Antropologia, o que lhe foi negado (Azeredo, 1986). Apesar de serem aliados em diferentes projetos intelectuais, o que era reforçado pelo fato de a comunidade de antropólogos ainda ser bastante incipiente nesse momento no Brasil, Ramos claramente defendia a manutenção de Marina de Vasconcellos frente à cátedra. Com a morte de Ramos em 1949, a disputa em torno da referida cátedra aprofundou-se ainda mais, o que fora resolvido por meio de concurso público realizado em 1950. Alguns dos pleiteantes à vaga eram Edison Carneiro, Maria Alice Moura Pessoa, além de Heloísa Alberto Torres, porém, eles não possuíam curso superior, tendo requerido a concessão do título de “notório saber”, o que foi negado pela FNFI, de modo que não conseguiram efetuar a inscrição (Barros, 2005). Marina de Vasconcellos foi aprovada nesse concurso, tendo apresentado a tese de livre-docência *Alguns movimentos contra-aculturativos do nordeste*, tornando-se assim doutora em Ciências Sociais e assumindo em agosto de 1950 a posição de professora interina.

Desde a introdução de sua tese de livre-docência, Vasconcellos faz menção tanto ao trabalho de Ramos quanto ao de Nina Rodrigues, reivindicando assim um lugar de herdeira acadêmica dessa escola. Como bem nos indica Corrêa (2013), ainda que haja mais rupturas que continuidades entre a obra de Nina Rodrigues e Ramos, este reivindica seu lugar como continuador da “Escola Nina Rodrigues”, à qual ele atribui o pioneirismo na pesquisa antropológica no Brasil. Sobre o conceito de contra aculturação, ela define como:

[...] um capítulo, onde as sobrevivências de outras culturas vêm à tona na mentalidade do grupo e, lutando contra os padrões de cultura estabelecidos, querem sobrepujar, ocasionando reações específicas, desde às simplesmente individuais, até às coletivas. Os resultados absolutamente imprevistos podem, aparentemente, ser considerados ilógicos, se a observação for superficial, sem preocupar as origens dos fatos (Vasconcellos, 1949, p. 3).

Novamente, Vasconcellos se voltou para o Nordeste, mas dessa vez para os movimentos de Canudos, Pedra Bonita e Juazeiro do Norte. Para esse trabalho, como podemos observar nas referências bibliográficas, o autor mais citado é o próprio Arthur Ramos, ainda que dialogue também com outros que também eram utilizados pelo seu mestre, como Herskovits, além do próprio Nina Rodrigues. Ademais, também figuravam como referências autores já canonizados na ciência antropológica, como Franz Boas (1858-1942) e Bronislaw Malinowski (1884-1942). Curiosamente, apesar do diálogo com autores brasileiros como Luiz da Câmara Cascudo (1898-1986), Josué de Castro (1908-1973), entre outros, pode-se perceber a ausência de qualquer referência ao trabalho de Gilberto Freyre, o que pode deixar transparecer as próprias disputas existentes no campo da Antropologia brasileira.

É importante mencionar que apesar de ter sido aprovada por concurso público, Marina de Vasconcellos assumiu de forma interina a cátedra de Antropologia e Etnografia, tendo permanecido por quase 30 anos nessa posição e nunca sido efetivada como titular, o que nos leva a retomar a análise de Pinheiro (2016) acerca das dificuldades das mulheres em se tornarem titulares de cátedras. Esse sistema perdurou até 1968, quando foi extinto pela Reforma Universitária, e era marcado pela rígida hierarquia de como se organizava a estrutura acadêmica, aprofundando desigualdades de gênero e raça nesse espaço.

Apesar dessa situação, é importante demarcar que Marina de Vasconcellos foi uma das poucas mulheres a estarem à frente de cátedras na FNF. Segundo Miglievich-Ribeiro (2015, p.175), “Marina São Paulo de Vasconcellos foi a primeira mulher a integrar o corpo docente do curso de Ciências Sociais da FNF e a única a ocupar nele uma cátedra. Ao longo da história da FNF, poucas mulheres fizeram parte de seu corpo docente, sobretudo à medida que progredia a hierarquia da carreira universitária”.

Em 1952, Lydnéa Gasmann, então aluna do curso de Geografia, tornou-se auxiliar de ensino de Marina de Vasconcellos, permanecendo na função até 1960; depois dela, Hortência de Magalhães Caminha tornou-se sua nova auxiliar, e em 1962 Wilson Ferreira Hargreaves também passou a ocupar a mesma posição. Essa situação me parece demasiadamente singular: Marina de Vasconcellos foi uma catedrática auxiliada por outras mulheres, criando uma verdadeira “linhagem feminina” na Antropologia, nos termos de Corrêa (2003).

Além de ter exercido esse lugar central na rotinização da Antropologia por meio da docência, é importante ressaltar que ela também esteve engajada no processo de institucionalização dessa ciência em outras frentes, como por meio das sociedades científicas. Vasconcellos esteve presente e atuante na Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE) desde sua fundação em 1941, tendo sido secretária-geral durante a existência dessa sociedade. Em 12 agosto de 1942, ela chegou a realizar uma conferência junto à Sociedade intitulada “Movimentos Contra Aculturativos no Brasil: Palmares”. Azeredo (1986) traz a

síntese das discussões promovidas nessa conferência:

A conferência iniciou sua exposição explicando os modernos conceitos dos contatos de cultura (aculturação) e os três aspectos daí advindos: a aceitação, a adaptação e a reação. A seguir fez um rápido retrospecto histórico sobre o Quilombo dos Palmares, detendo-se na explicação das causas que determinaram a formação desse quilombo. Procurando fazer um cotejo entre a cultura desses quilombolas (negros bantos) na África e as manifestações culturais desenvolvidas no Brasil, referiu-se a expositora à cultura material (habitação, vestuário, alimentação, armas, utensílios e comércio) e à cultura espiritual (estrutura familiar, organização social, religião e língua).

Foi essa palestra comentada pelo professor Hélio Vianna, que acrescentou ao tema algumas contribuições históricas. Luiz Aguiar da Costa Pinto, Mário Barata e Arthur Ramos solicitaram da expositora informações complementares sobre questões de ordem social e econômica relativas aqueles quilombolas (Azeredo, 1986, p.149).

Vasconcellos foi uma das poucas mulheres a proferir conferência na SBAE e a única que realizou mais de uma, tendo realizado uma segunda em 14 de agosto de 1946 intitulada “A Etnia Alemã no Brasil”. Além de sua atuação na SBAE, Vasconcellos também esteve presente durante a I Reunião Brasileira de Antropologia, tendo integrado a comissão organizadora da reunião. Além de Vasconcellos, havia outras duas mulheres: Heloísa Alberto Torres, do Museu Nacional, e Maria Júlia Pourchet, do Instituto de Pesquisas Educacionais. Junto a Antonio Rubbo Muller, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e Egon Schaden, da USP, Vasconcellos foi relatora dos tópicos relacionados a problemas de ensino de Antropologia. Também integrou com Fróes da Fonseca, Bastos de Avila, Castro Faria, Edison Carneiro e René Ribeiro a comissão especial para estudar a questão da terminologia e especificação dos tipos étnicos brasileiros (Pourchet, 1953).

Como podemos observar, Marina de Vasconcellos foi uma figura central em momentos chave do processo de institucionalização da Antropologia brasileira. Longe de ser uma figura menor, ela produziu esforços para que o campo antropológico pudesse se consolidar no Brasil, assumindo os atuais contornos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apagamento interseccional de agentes na história da Antropologia levou ao esquecimento do legado de Marina de Vasconcellos, ao lugar que ela ocupou como primeira antropóloga profissional do Brasil. Não quero com este texto, no entanto, também invisibilizar outras antropólogas que atuaram em distintos momentos nesse campo, sendo emblemático o caso de Heloísa Alberto Torres, que atuava na divisão de Antropologia e Etnografia do

Museu Nacional desde a década de 1920, mas que, à medida que o campo acadêmico foi se profissionalizando, deixou de atender aos requisitos formais que era de se esperar de um(a) antropólogo(a) profissional.

Tanto no caso de Marina quanto de Heloísa é evidente que o fato de provirem de famílias bem estabelecidas econômica e culturalmente viabilizou suas carreiras acadêmicas. Ambas conseguiram ser “exceções à regra” em meio a uma academia profundamente sexista, pois encontraram também condições objetivas que tornavam isso possível, ainda que não tenham atingido a mesma posição que outros colegas homens do mesmo período, como professores titulares e presidentes de sociedades científicas.

Acerca da relação entre Marina de Vasconcellos e Arthur Ramos, certamente era uma relação na qual havia afeto, mas também hierarquia. Em parte, seria possível inferir que o cargo de assistente de Ramos trouxe possibilidades e limites para a atuação de Marina, pois, nos momentos em que Ramos se ausentava para conferências, pesquisa de campo ou ainda em atividades no exterior, Marina dava continuidade às atividades da docência, replicando certa divisão do trabalho intelectual. Ademais, o fato de o principal arquivo consultado para a escrita deste trabalho ter sido o de Arthur Ramos diz muito acerca das relações assimétricas de gênero na academia e nos arquivos.

É necessário frisar ainda que os trabalhos desenvolvidos por Marina de Vasconcellos recorrentemente tinham uma ênfase profundamente sócio-histórica, algo que também foi perdendo espaço na Antropologia brasileira, que passou a se orientar cada vez mais a partir da Antropologia social. Em parte, isso poderia explicar o esquecimento de sua figura e de seu legado, por se distanciar do que passou a se fazer predominantemente na Antropologia brasileira.

Uma memória mais recorrente e difundida de Marina de Vasconcellos refere-se à sua atuação na UFRJ durante a ditadura militar, especialmente quando em 1967 a FNFi foi desmembrada em faculdades, institutos e escolas, tendo se tornado chefe do Departamento de Ciências Sociais e posteriormente diretora do recém-fundado IFCS. O recrudescimento do regimento militar levou à sua prisão e cassação do cargo em 1969, tornando-se símbolo de resistência e resiliência nesse cenário. A biblioteca do IFCS que leva seu nome é uma lembrança do papel que Dona Marina exerceu, uma lembrança daquela que fora pioneira na Antropologia brasileira.

## REFERÊNCIAS

1. AZEREDO, Paulo Roberto. **Antropólogos e Pioneiros**: a história da sociedade brasileira

- de antropologia e etnologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
2. BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Arthur Ramos e as dinâmicas sociais de seu tempo**. Maceió: Ufal, 2005.
  3. BIRMAN, Patricia. Transas e transes: sexo e gênero nos cultos afro-brasileiros, um sobrevôô. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, p. 403-414, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vCG4hq9qVzjwFc97gg8nTrz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 nov. 2024.
  4. BRASIL. Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 7929, 6 abr. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-norma-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2025.
  5. CAMPOS, Maria J. **Luz e sombra na antropologia brasileira**: uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004.
  6. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
  7. CHAGURI, Mariana Miggioraro; PIRES, Bárbara Luisa. A carreira acadêmica como profissão de mulheres: algumas histórias a partir da FFCL-USP. **Tempo Social**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 111-131, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/220230>. Acesso em: 2 nov. 2024.
  8. CIACCHI, Andrea. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, p. 181-223, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27260/29032>. Acesso em: 4 nov. 2024.
  9. CIACCHI, Andrea. Mestrança: Gioconda Mussolini e a antropologia em São Paulo (1938–1969). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 19, n. 1, p. 153-186, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11829>. Acesso em: 2 nov. 2024.
  10. CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, p. 9-20, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZZZqDf3h5FwNbfCMQ66jPqF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2024.
  11. CORRÊA, Mariza. A natureza imaginária do gênero na história da antropologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 109-130, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1776>. Acesso em: 4 nov. 2024.
  12. CORRÊA, Mariza. **Antropólogas & antropologia**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
  13. CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

14. FRY, Peter. Bacamarte em Pernambuco? René Ribeiro entre 60 xangozeiros de Recife. **Bagoas** – Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades, Natal, v. 9, n. 12, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/8142>. Acesso em: 4 nov. 2024.
15. GOMES, Janaina Damaceno. **Os segredos de Virgínia**: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-14032014-103244>. Acesso em: 21 jan. 2025.
16. GUTMAN, Guilherme. Raça e psicanálise no Brasil. O ponto de origem: Arthur Ramos. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 10, p. 711-728, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/395rCsW4SVxNBpdsYnQNbhB/>. Acesso em: 4 nov. 2024.
17. MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil Vol. 1**. São Paulo: Idesp: 1989.
18. MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. **Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcelos**: Pioneiras na Formação das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.
19. OLIVEIRA, Amurabi. Arthur Ramos (1903-1949): chefe do Departamento de Ciências Sociais da Unesco. **Antropolítica**: revista contemporânea de antropologia, Niterói, n. 47, p. 1-20, 2019a. Disponível: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2019.0i47.a42068>. Acesso em: 14 abr. 2025.
20. OLIVEIRA, Amurabi. Arthur Ramos e a rotinização da Antropologia através de seu ensino. **Civitas** – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v.19, p. 659-674, 2019b. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/28480>. Acesso em: 4 nov. 2024.
21. OLIVEIRA, Amurabi. Ruth Landes (1908-1991) and her understanding of Brazil in the City of Women. **Asian Journal of Latin American Studies**, Seul, v. 32, n. 3, p. 29-41, 2019c. Disponível em: <https://doi.org/10.22945/ajlas.2019.32.3.29>. Acesso em: 14 abr. 2025.
22. OLIVEIRA, Amurabi. Afro-Brazilian Studies from Psychoanalysis to Cultural Anthropology: An Intellectual Portrait of Arthur Ramos, In: **Bérose**: Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie, Paris. 2021. Disponível em: <https://www.berose.fr/article2327.html?lang=fr>. Acesso em: 14 abr. 2025.
23. OLIVEIRA, Amurabi. Um antropólogo brasileiro nos Estados Unidos: Arthur Ramos e o curso sobre Raças e Culturas no Brasil. **Antropolítica**: revista contemporânea de antropologia, Niterói, v. 55, p. 1-26, 2023a. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica.i.a53957>. Acesso em: 14 abr. 2025.
24. OLIVEIRA, Amurabi. Social Sciences in Brazil: From a Broad Interdisciplinarity to a

Restricted Interdisciplinarity. **Global Perspectives**, Oakland, v. 4, n. 1, p. 1-10, 2023b. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/gp.2023.87794>. Acesso em: 14 abr. 2025.

25. PINHEIRO, Dimitri. Jogo de damas: trajetórias de mulheres nas ciências sociais paulistas (1934-1969). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 165-196, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/x78LDJKdhGVZQbHvsgzj3rc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2025.
26. POURCHET, Maria Julia. Brasil. Primeira reunião Brasileira de Antropologia. **Boletín de Antropología Americana**, Cidade do México, v. 15, n. 1, p. 74, 1952. Disponível em: <https://www.jstor.org/journal/boleantramer>. Acesso em: 4 nov. 2024.
27. RAMOS, Arthur. **[Correspondência]**. Destinatário: Heloísa Alberto Torres. Rio de Janeiro, 4 ago. 1949.
28. SANSONE, Lívio. **Estação etnográfica Bahia**: a construção transnacional dos estudos afro-brasileiros (1935-1967). Campinas: Unicamp, 2023.
29. SOUZA, Candice Vidal. Professoras de Antropologia em Minas Gerais: notas sobre a condição da margem. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, p. 499-520, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44598>. Acesso em: 4 nov. 2024.
30. TORRES, Heloísa Alberto. **[Correspondência]**. Destinatário: Arthur Ramos. Rio de Janeiro, 3 ago. 1949.
31. VASCONCELLOS, Marina de São Paulo. **[Correspondência]**. Destinatário: Arthur Ramos. Rio de Janeiro, 6 jan. 1940a.
32. VASCONCELLOS, Marina de São Paulo. **[Correspondência]**. Destinatário: Arthur Ramos. Rio de Janeiro, 20 out. 1940b.
33. VASCONCELLOS, Marina de São Paulo. **[Correspondência]**. Destinatário: Arthur Ramos. Rio de Janeiro, 21 nov. 1940c.
34. VASCONCELLOS, Marina de São Paulo. **[Correspondência]**. Destinatário: Arthur Ramos. Rio de Janeiro, 12 mar. 1941.
35. VASCONCELLOS, Marina de São Paulo. **Alguns movimentos contra-aculturativos do nordeste**. 1949. Tese (Concurso à livre-docência da cadeira de Antropologia e Etnografia) – Faculdade Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro, 1949.

Amurabi Oliveira

Livre-Docente pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7856-1196>. E-mail: amurabi.oliveira@ufsc.br